



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Contadoria



Prova Grupo B, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Justiça e burocracia

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, meticuloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

1. Deduz-se da leitura do texto que a relação entre a **garantia de justiça** e a **excessiva burocratização** dos procedimentos jurídicos
- (A) é necessariamente complementar, já que não se pode admitir a primeira sem o concurso da segunda.
 - (B) constitui um paradoxo, pois a segunda implica a sistemática e completa exclusão da primeira.
 - (C) é freqüentemente conflituosa, pois a segunda pode representar um obstáculo para a efetivação da primeira.
 - (D) implica um contra-senso, pois cada um dos ritos de um processo já é injusto em si mesmo.
 - (E) é harmônica, pois o detalhismo burocrático favorece a lisura de cada um dos procedimentos e da sentença final.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *em qualquer dos casos* está-se referindo a *no caso de ficar evidenciada sua inocência* e a *se nada vier a ser efetivamente comprovado*.
 - II. No segundo parágrafo, a expressão *notória culpabilidade* alude aos casos em que o processo judicial e a sentença final não deixam dúvida quanto à culpa do acusado.
 - III. No segundo parágrafo, defende-se a tese de que a excessiva burocratização dos caminhos da justiça permite que um detalhe técnico acessório adquira mais importância que o mérito substantivo do processo.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização de palavras ou expressões entre aspas deixa evidente a preocupação do autor em
- (A) destacar o emprego técnico de conceitos que são básicos na linguagem jurídica.
 - (B) chamar a atenção para o fato de que está citando elementos do texto de um jurista.
 - (C) enumerar valores e atitudes que devem caracterizar a ética processual.
 - (D) ressaltar o tom pejorativo com que se refere a certos aspectos das práticas jurídicas.
 - (E) identificar as etapas burocráticas que demonstram a rigidez dos ritos processuais.

4. Na construção do texto, o autor se valeu de uma série de **oposições**, das quais constitui exemplo a estabelecida entre
- (A) *réus de notória culpabilidade* / *casos de corrupção*.
 - (B) *advogados particulares* / *defensores públicos*.
 - (C) *burocracia dos tortuosos caminhos* / *vitória da má-fé e do oportunismo*.
 - (D) *desprezível detalhe técnico* / *pequenos subterfúgios*.
 - (E) *“expedientes”* / *“raposas dos tribunais”*.

5. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
- (A) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
 - (B) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
 - (C) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
 - (D) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
 - (E) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) O réu jamais admitiu a culpa.</p> <p>(B) Entraves burocráticos dificultam a distribuição de justiça.</p> <p>(C) Os mais cínicos colecionam “atestados de inocência”.</p> <p>(D) Mas nem sempre isso acaba por ocorrer.</p> <p>(E) Ele ignorou a importância dos detalhes.</p>	<p>10. A grafia de todas as palavras está correta na frase:</p> <p>(A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbrasse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.</p> <p>(B) A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.</p> <p>(C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrisoriamente pelo herário público.</p> <p>(D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.</p> <p>(E) É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não cooptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.</p>
<p>7. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) <u>De todo</u> e qualquer réu assiste o direito da ampla defesa.</p> <p>(B) O único apoio <u>de que</u> um acusado sem recursos pode contar é o de um defensor público.</p> <p>(C) Encerrou-se um processo <u>cujo o</u> mérito sequer foi avaliado.</p> <p>(D) Foi uma sentença estranha, <u>cuja</u> acabou por provocar grande descontentamento.</p> <p>(E) É um rito tortuoso, <u>de cuja</u> burocracia os espertos tiram proveito.</p>	<p>11. Não obstante as proibições legalmente impostas aos servidores públicos, observa-se que</p> <p>(A) é ainda defeso o desempenho de atribuições estranhas ao cargo ocupado, mesmo em situações transitórias.</p> <p>(B) a prática do comércio realizada por eles, na condição de acionista, também é ilegal.</p> <p>(C) é considerada legítima a participação destes na administração de sociedade civil.</p> <p>(D) é permitido a estes o exercício do comércio na qualidade de acionista.</p> <p>(E) as atuações como procuradores junto às repartições públicas, quando se tratar de benefícios assistenciais, também é vedada, em qualquer hipótese.</p>
<p>8. Está clara e correta a redação da frase:</p> <p>(A) Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.</p> <p>(B) Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.</p> <p>(C) A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.</p> <p>(D) Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.</p> <p>(E) Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.</p>	<p>12. A respeito dos institutos relacionados com o provimento de cargos públicos, observe as situações:</p> <p>I. A investidura em cargo público de provimento efetivo.</p> <p>II. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade.</p> <p>III. O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.</p> <p>Essas hipóteses estão direta e imediatamente relacionadas, respectivamente, com a</p> <p>(A) readmissão de ofício, a reintegração e a readaptação.</p> <p>(B) promoção, a reversão de ofício e a transferência.</p> <p>(C) posse, o aproveitamento e a remoção.</p> <p>(D) nomeação, a recondução e o aproveitamento.</p> <p>(E) reversão a pedido, a readmissão e a transferência.</p>
<p>9. O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para <u>fundamentar a apelação, organizou a apelação</u> numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, <u>recusaram a apelação</u> os juízes do Supremo, que <u>consideraram a apelação</u> inconsistente de todo.</p> <p>Evitam-se as abusivas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) fundamentá-la - organizou-lhe - recusaram a ela - consideraram-na</p> <p>(B) fundamentá-la - organizou-a - recusaram-na - a consideraram</p> <p>(C) fundamentar a ela - a organizou - recusaram-lhe - lhe consideraram</p> <p>(D) fundamentar-lhe - organizou-lhe - recusaram-na - a consideraram</p> <p>(E) a fundamentar - organizou-a - recusaram-lhe - consideraram-na</p>	

<p>13. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. No caso do cônjuge que também detenha a condição de servidor, se vier a ter exercício na mesma sede,</p> <p>(A) terá o direito de receber essa ajuda de custo, desde que tenha cumprido o prazo do estágio probatório.</p> <p>(B) deverá ocorrer o segundo pagamento, desde que sejam casados há pelo menos cinco anos, da data do primeiro pagamento.</p> <p>(C) o pagamento será efetuado no valor de cinquenta por cento daquele correspondente ao primeiro pagamento.</p> <p>(D) o segundo pagamento será devido, desde que ocorra após o decurso do prazo de doze meses da primeira mudança.</p> <p>(E) será vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo.</p>	<p>16. A vacância de cargo público decorrente de readaptação ocorre quando o servidor</p> <p>(A) tem a sua readmissão ao cargo de origem, por ato de ofício, sem direito à indenização, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, em decorrência da reintegração de outro servidor, após afastamento por incapacidade física, no cargo ocupado pelo primeiro.</p> <p>(B) aposentado por invalidez, decorrente da sua incapacidade constatada mediante laudo de junta médica, retorna à atividade mediante ato da Administração Pública, por terem cessados os motivos da inatividade.</p> <p>(C) é investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.</p> <p>(D) é aproveitado em outro cargo, mediante ato unilateral da Administração, sem prejuízo da remuneração até então recebida, em razão da readmissão de outro servidor que se encontrava física ou mentalmente incapacitado.</p> <p>(E) passa para a condição de disponibilidade por motivo de saúde física ou mental, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, ocasionada pela extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade.</p>
<p>14. No que tange às penalidades disciplinares, analise as assertivas abaixo:</p> <p>I. No âmbito do Tribunal Regional Federal de uma determinada Região, apenas o seu Presidente pode aplicar a pena disciplinar de demissão.</p> <p>II. A penalidade disciplinar que consista na destituição do cargo em comissão é aplicada pela autoridade que houver feito a nomeação.</p> <p>III. A suspensão superior a 30 (trinta) dias do servidor público, submetido ao devido processo administrativo disciplinar, é aplicada pelo chefe da repartição em que estiver lotado o titular do cargo.</p> <p>IV. A advertência ou a suspensão de até 60 (sessenta) dias é aplicada pela autoridade que nomeou, ou pelo chefe da repartição.</p> <p>Estão corretas APENAS:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>	<p>17. No que se refere à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que a participação em conselho</p> <p>(A) de administração das sociedades de economia mista e suas subsidiárias não é ilícita, observado o que dispuser a legislação específica.</p> <p>(B) fiscal das empresas públicas é ilícita, conforme disposto na legislação pertinente.</p> <p>(C) de administração das entidades em que a União, diretamente, detenha participação no capital social, é ilegal, nos termos da legislação que rege a matéria.</p> <p>(D) fiscal das subsidiárias das empresas públicas é vedada, consoante dispõem as normas disciplinadoras.</p> <p>(E) de administração das empresas controladas pelas sociedades de economia mista é ilegal, observadas as exceções normativas.</p>
<p>15. Julgada procedente a revisão do processo disciplinar, será declarada sem efeito a penalidade aplicada,</p> <p>(A) sem prejuízo dos efeitos gerados até a data da respectiva decisão, acarretando a reintegração daquele servidor destituído do cargo em comissão.</p> <p>(B) restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.</p> <p>(C) acarretando o restabelecimento dos direitos do servidor, exceto os de natureza pecuniária, sendo que a destituição do cargo em comissão deverá ser revertida.</p> <p>(D) restaurando-se todos os direitos do servidor, seja ele ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão, exceto o de contagem de tempo de serviço do período não trabalhado, quando for o caso.</p> <p>(E) com o conseqüente reconhecimento de todos os direitos do servidor, salvo o tempo de serviço, seja ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão.</p>	<p>18. Em matéria de responsabilidade do servidor público, é certo que</p> <p>(A) a obrigação de reparar o dano causado por funcionário público não se estende aos seus sucessores, uma vez que se trata de obrigação personalíssima.</p> <p>(B) a legislação em vigor veda, expressamente, a cumulação das sanções administrativas e civis em decorrência do mesmo fato praticado pelo servidor público federal, posto que configura verdadeiro <i>bis in idem</i>.</p> <p>(C) o servidor público que causar danos a terceiros responde, objetivamente, perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.</p> <p>(D) sua responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.</p> <p>(E) a responsabilidade civil do servidor público que causa prejuízo ao erário decorre apenas de atos comissivos, sendo vedada sua responsabilização por atos omissivos.</p>

<p>19. Dentre os requisitos dos atos administrativos, a finalidade e o motivo correspondem, respectivamente,</p> <p>(A) ao poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções, objetivando a prática do ato; ao efeito jurídico imediato que o ato produz ao atender o interesse público.</p> <p>(B) ao resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato, o efeito mediato que sucede à sua prática; ao pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento aos atos administrativos, podendo vir expresso em lei, como pode ser deixado ao critério do administrador.</p> <p>(C) à relação jurídica que cria o conteúdo do ato, em forma tal que este aparece identificado nessa forma de manifestação unilateral da Administração; à concepção que inclui não só a exteriorização do ato, mas também todas as formalidades a serem observadas durante o processo de sua formação.</p> <p>(D) ao elemento que deve portar o ato para que seja imposto a terceiros, independentemente de sua concordância; a imperiosa conformidade do ato com a lei, exceto nos atos discricionários.</p> <p>(E) à presunção de que esses atos são legítimos, até prova em contrário; à desnecessidade de prévia manifestação judicial para se tornarem exequíveis.</p>	<p>23. Quando há Intranet instalada em uma empresa significa que</p> <p>(A) a empresa é um provedor de acesso à Internet.</p> <p>(B) a empresa é de grande porte, uma vez que somente tais empresas suportam instalação de Intranet.</p> <p>(C) foi instalado um servidor para troca eletrônica de dados com fornecedores e clientes.</p> <p>(D) foi instalado um servidor Web na rede de computadores da empresa.</p> <p>(E) todos os funcionários têm acesso à Internet.</p>
<p>20. No que concerne à invalidação dos atos administrativos, a Administração controla seus próprios atos sob os aspectos da</p> <p>(A) universalidade e razoabilidade, com a conseqüente rescisão por conveniência, ao passo que o Judiciário deverá apreciar o mérito do ato, que poderá acarretar sua revogação.</p> <p>(B) legalidade, finalidade, conveniência e oportunidade, podendo acarretar a anulação, ao passo que o Poder Judiciário fica restrito ao exame da conveniência, justiça e moralidade, invalidando o ato mediante revogação.</p> <p>(C) forma, probidade administrativa e conteúdo, invalidando o ato pela via da revogação, ao passo que o Poder Judiciário ficará restrito à oportunidade, conveniência, legalidade e interesse público, devendo promover a anulação do ato.</p> <p>(D) legitimidade, economicidade e conteúdo, promovendo a invalidação do ato por revogação, sendo que o controle judiciário dar-se-á sob os aspectos da economicidade, conveniência e oportunidade, gerando o desfazimento do ato, através da rescisão.</p> <p>(E) oportunidade, conveniência, justiça, conteúdo, forma, finalidade, moralidade e legalidade, com a conseqüente revogação ou anulação, enquanto o controle judiciário se restringe ao exame da legalidade que acarretará a respectiva anulação.</p>	<p>24. Ao clicar o botão Atualizar na janela do MS Internet Explorer, será carregada para o computador</p> <p>(A) uma nova cópia da página atual.</p> <p>(B) uma nova cópia da página inicial.</p> <p>(C) a última cópia arquivada da página inicial.</p> <p>(D) uma nova cópia da página anterior.</p> <p>(E) a cópia arquivada da página anterior.</p>
<p>21. Um componente de <i>hardware</i> do microcomputador classificado como periférico é</p> <p>(A) o processador.</p> <p>(B) o disco rígido.</p> <p>(C) a placa de rede.</p> <p>(D) a memória RAM.</p> <p>(E) a impressora.</p>	<p>25. O caractere ° (ordinal masculino) pode ser inserido em texto, pelo programa MS Word, mantendo-se pressionada a tecla Alt e digitando, no teclado numérico, as seqüências</p> <p>(A) 0 2 0 9 ou 1 6 5</p> <p>(B) 0 1 7 0 ou 1 6 6</p> <p>(C) 0 1 8 6 ou 1 6 7</p> <p>(D) 0 1 7 4 ou 1 6 9</p> <p>(E) 0 1 7 1 ou 1 7 4</p>
<p>22. Para personalizar a "área de trabalho" do Windows utiliza-se o aplicativo</p> <p>(A) barra de tarefas.</p> <p>(B) propriedades de vídeo.</p> <p>(C) propriedades do sistema.</p> <p>(D) opções de acessibilidade.</p> <p>(E) opções de pasta.</p>	<p>26. No programa MS Word, a tecla de função F7 é reservada para escolher o comando:</p> <p>(A) ir para.</p> <p>(B) obter ajuda <i>online</i>.</p> <p>(C) repetir a última ação.</p> <p>(D) verificar ortografia e gramática.</p> <p>(E) salvar como.</p>
	<p>27. As funções utilizadas nas planilhas MS Excel</p> <p>(A) são operadores para execução de cálculos.</p> <p>(B) apresentam resultados somente com o uso de fórmulas complexas.</p> <p>(C) apresentam resultado somente de um valor.</p> <p>(D) executam somente operações de cálculo.</p> <p>(E) executam fórmulas pré-definidas.</p>
	<p>28. Numa planilha MS Excel, um gráfico NÃO pode ser utilizado para representar, em forma de desenho, o conteúdo de</p> <p>(A) várias linhas e várias colunas.</p> <p>(B) uma linha e uma coluna, somente.</p> <p>(C) uma linha, somente.</p> <p>(D) uma coluna, somente.</p> <p>(E) uma célula, somente.</p>
	<p>29. Um texto gravado em HD, em arquivo de 2,0 MB, para ser copiado em um único disquete, com capacidade nominal de 1.474 KB, exigirá que o</p> <p>(A) disquete seja compactado, antes da cópia.</p> <p>(B) disquete seja desfragmentado, antes da cópia.</p> <p>(C) arquivo seja primeiramente compactado no HD.</p> <p>(D) arquivo seja primeiramente desfragmentado no HD.</p> <p>(E) arquivo seja simplesmente arrastado do HD para o disquete.</p>
	<p>30. Na ausência temporária do operador, o acesso ao computador por pessoa não autorizada pode ser evitado, de forma ideal, com a utilização de</p> <p>(A) uma senha inserida na proteção de tela do Windows.</p> <p>(B) uma senha inserida no <i>boot</i> do computador.</p> <p>(C) uma senha inserida para acesso ao disco rígido.</p> <p>(D) desligamento do monitor, após alguns minutos de inatividade.</p> <p>(E) desligamento do computador, sempre que o operador se retirar.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 31 a 33 deverão ser respondidas considerando as instruções a seguir:

- a. tratar-se de uma entidade de direito público;
- b. que o orçamento para o exercício foi aprovado sem saldo;
- c. que, na produção das suas informações, foram observadas as disposições atinentes contidas na Lei nº 4.320/64, sem qualquer restrição;
- d. que os dados, para resposta ao que está sendo requerido para cada uma delas, são a seguir indicados:

Receita prevista no orçamento	500	
Receita recolhida aos cofres públicos	540	
Excessos de arrecadação	90	
Insuficiências de arrecadação	20	
Despesa fixada em créditos adicionais:		
a) por créditos reabertos	12	
b) por créditos suplementares abertos		
i) com recursos de excesso de arrecadação	35	90
ii) com recursos de anulação de despesas	55	
c) por créditos especiais		
i) com recursos de superávit financeiro	15	
ii) com recursos de operações de crédito	10	25
d) por créditos extraordinários	28	155
Economias orçamentárias do período	18	
Despesa do exercício empenhada e liquidada	575	
Despesa orçamentária paga no exercício	560	

31. O resultado da execução orçamentária do exercício foi:

- (A) 12 déficit
- (B) 18 déficit
- (C) 5 superávit
- (D) 18 superávit
- (E) 35 superávit

32. Restos a pagar, total inscrito:

- (A) 5
- (B) 13
- (C) 15
- (D) 22
- (E) 77

33. Restos a pagar, NÃO processados:

- (A) 5
- (B) 7
- (C) 22
- (D) 47
- (E) 62

Instruções: Para responder às questões de números 34 a 40, considere as características abaixo indicadas e, para cada questão, assinale a alternativa que contém somente aquelas que são corretamente correspondentes ao que se pede.

- I. correspondem a fatos contábeis permutativos.
- II. correspondem a fatos contábeis modificativos aumentativos.
- III. correspondem a fatos contábeis modificativos diminutivos.
- IV. afetam o sistema orçamentário.
- V. afetam ou podem afetar o sistema financeiro.
- VI. afetam ou podem afetar o sistema patrimonial.
- VII. afetam ou podem afetar o sistema compensado.
- VIII. não representam fluxo financeiro.

34. Receita Orçamentária Efetiva:

- (A) I; IV; V; VI
- (B) I; IV; V; VI; VII
- (C) I; V
- (D) I; V; VII
- (E) II; IV; V; VII

35. Receita Orçamentária de Mutações:

- (A) I; IV; V; VI
- (B) I; IV; V; VI; VII
- (C) I; V
- (D) I; V; VII
- (E) II; IV; V; VII

36. Despesas Orçamentárias de Mutações:

- (A) I; IV; V; VI
- (B) I; IV; V; VI; VII
- (C) I; V
- (D) I; V; VII
- (E) II; IV; V; VII

37. Receitas Extra-Orçamentárias que NÃO tenham como contrapartida Receita ou Despesa Orçamentárias:

- (A) I; IV; V; VI
- (B) I; IV; V; VI; VII
- (C) I; V
- (D) I; V; VII
- (E) II; IV; V; VII

38. Despesas Extra-Orçamentárias que NÃO tenham como contrapartida Receita ou Despesa Orçamentárias:

- (A) I; IV; V; VI
- (B) I; IV; V; VI; VII
- (C) I; V
- (D) I; V; VII
- (E) II; IV; V; VII

39. Variações Independentes da Execução Orçamentária – Ativas:

- (A) I; V
- (B) I; V; VII
- (C) II; IV; V; VII
- (D) II; V; VI; VIII
- (E) III; V; VI; VIII

40. Variações Independentes da Execução Orçamentária – Passivas:

- (A) I; V
- (B) I; V; VII
- (C) II; IV; V; VII
- (D) II; V; VI; VIII
- (E) III; V; VI; VIII

<p>41. Na avaliação dos elementos patrimoniais, segundo a Lei nº 4.320/64, devem ser refletidos pelo valor nominal</p> <p>(A) os bens móveis e de almoxarifado, apenas. (B) os bens móveis e imóveis, apenas. (C) os bens de almoxarifado, apenas. (D) os bens móveis, imóveis e de almoxarifado. (E) débitos, créditos e os títulos de renda.</p>	<p>43. Resultado de execução orçamentária:</p> <p>(A) 16 (B) 17 (C) 18 (D) 19 (E) 20</p>												
<p>42. Assegura a permanente atualização e a correção de desvios no cadastro dos bens móveis, em relação aos bens cadastrados por:</p> <p>i) localização; ii) natureza; e iii) número de registro:</p> <p>(A) a adequada especificação dos bens. (B) a observância das instruções que caracterizem os bens como permanentes. (C) a adequada classificação orçamentária dos bens como permanentes. (D) a sistemática aplicação do instituto do inventário físico. (E) a indicação da localização, natureza e número de registro dos bens.</p>	<p>44. Excesso de Arrecadação do período:</p> <p>(A) 7 (B) 9 (C) 11 (D) 15 (E) 17</p> <p>45. Soma da Receita Extra-Orçamentária do Balanço Financeiro:</p> <p>(A) 35 (B) 36 (C) 45 (D) 48 (E) 49</p>												
<p>Instruções: Para responder às questões de números 43 a 50. considere: as questões deverão ser respondidas tendo em conta os demonstrativos contábeis resultantes dos dados e operações a seguir, relacionadas com uma entidade de direito público.</p> <p>Saldos Iniciais: Bancos 20; Restos a Pagar 10; Transferências Financeiras 10; Bens Móveis 25; Dívida Fundada 15; Saldo Patrimonial 20; Transferências Patrimoniais 20; Valores de Terceiros 10; Contrapartida de Valores de Terceiros 10. Valores em R\$M.</p> <p>Operações:</p> <p>1. Orçamento aprovado</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">a) Receita:</td> <td style="width: 50%;">b) Despesas:</td> </tr> <tr> <td>Impostos 40</td> <td>Pessoal 30</td> </tr> <tr> <td>Taxas 15</td> <td>Material de Consumo 10</td> </tr> <tr> <td><u>55</u></td> <td>Amortização da dívida 5</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Encargos da dívida 3</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>48</u></td> </tr> </table> <p>c) crédito especial aberto com recursos de operações de crédito e 7 anulação de Pessoal, 3.</p> <p>Total 10</p> <p>2. Arrecadação do Período:</p> <p>a) impostos 46; b) taxas 13; c) operações de crédito: i) por antecipação de receita no valor de 8, recebido, após encargos, o valor líquido de 6; ii) relativas ao crédito especial, 7; d) depósitos recebidos para garantia de fornecimento 10; e) alienação de bens móveis com valor contábil de 2, por 5.</p> <p>Total arrecadado 87</p> <p>3. Despesa empenhada e liquidada no período:</p> <p>a) Pessoal 25; b) Material de consumo 8; c) Amortização da Dívida 5; d) encargos da dívida 2; e) do Crédito Especial 10. Total empenhado e liquidado. Valor líquido após retenção de consignações no valor de 10. 40</p> <p>4. Pagamentos do Período:</p> <p>a) de toda a despesa liquidada, exceto 12 de Pessoal; b) toda a despesa empenhada e liquidada no período anterior e não cancelada (item 5 - a) nem paga 6; c) recolhidas consignações retidas no período no valor de 2; d) restituição de depósitos 3; e) resgate da ARO (antecipação da receita orçamentária) 8. Total pago 49</p> <p>5. Outras ocorrências:</p> <p>a) Cancelamento de parte do empenho emitido no período anterior 4; b) tributos inscritos como dívida ativa 10; c) do material de consumo adquirido no exercício foi requisitado ao Almoxarifado o valor de 5; d) houve homologação de restituição de tributos que foi provisionada para oportuna restituição 5; e) correção monetária da dívida fundada 3; f) restituição de Valores de terceiros 4.</p>	a) Receita:	b) Despesas:	Impostos 40	Pessoal 30	Taxas 15	Material de Consumo 10	<u>55</u>	Amortização da dívida 5		Encargos da dívida 3		<u>48</u>	<p>46. Soma do Ativo Permanente:</p> <p>(A) 13 (B) 20 (C) 33 (D) 36 (E) 39</p> <p>47. Soma do Balanço Patrimonial:</p> <p>(A) 90 (B) 94 (C) 98 (D) 104 (E) 108</p> <p>48. Variações Independentes da Execução Orçamentária Ativas e Passivas:</p> <p>(A) 08 e 13 (B) 10 e 08 (C) 12 e 13 (D) 13 e 13 (E) 13 e 08</p> <p>49. Mutações Patrimoniais Ativas e Passivas:</p> <p>(A) 13 e 08 (B) 13 e 13 (C) 13 e 12 (D) 12 e 13 (E) 08 e 13</p> <p>50. Resultado Patrimonial do exercício:</p> <p>(A) 23 (B) 26 (C) 29 (D) 36 (E) 39</p>
a) Receita:	b) Despesas:												
Impostos 40	Pessoal 30												
Taxas 15	Material de Consumo 10												
<u>55</u>	Amortização da dívida 5												
	Encargos da dívida 3												
	<u>48</u>												

<p>51. O princípio da anualidade estabelece que as autorizações orçamentárias e, conseqüentemente, o exercício financeiro no Brasil deve corresponder a doze meses e coincidir com o ano civil. Contudo, constitui EXCEÇÃO ao princípio mencionado</p> <p>(A) a autorização para os créditos reabertos. (B) as receitas vinculadas. (C) o processamento das despesas orçamentárias de exercícios anteriores. (D) o processo dos fundos especiais. (E) os restos a pagar não processados.</p>	<p>57. O montante do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, e que, segundo a Constituição, pertencem a esses entes governamentais, é</p> <p>(A) pago diretamente à união. (B) pago à União pela rede bancária. (C) recolhido à União. (D) transferido para a União, mas retorna a tais entes, por inclusão, quando do cálculo da entrega do produto da arrecadação dos impostos a eles repartidos. (E) excluído da parcela do produto da arrecadação do respectivo Fundo de Participação.</p>
<p>52. A reabertura de créditos adicionais abrange, no seu todo,</p> <p>(A) os suplementares. (B) os especiais e os extraordinários. (C) os extraordinários. (D) os suplementares e especiais. (E) os especiais.</p>	<p>58. As classificações da despesa, funcional e programática, são definidas</p> <p>(A) pela “União” e pela “União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. (B) pela União, apenas. (C) pela União e Estados, apenas. (D) pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (E) pelo órgão central de contabilidade da União.</p>
<p>53. A lei orçamentária anual, segundo a Constituição, é de iniciativa</p> <p>(A) do Congresso Nacional. (B) do Senado Federal. (C) do Presidente da República. (D) da Câmara Federal. (E) do Ministro da Fazenda.</p>	<p>59. Segundo a Lei nº 4320/64, o pagamento é imediata e necessariamente antecedido</p> <p>(A) pela fixação. (B) pela licitação. (C) pelo empenho. (D) pela ordem de pagamento. (E) pela liquidação.</p>
<p>54. A competência da despesa orçamentária em relação ao exercício financeiro é estabelecida pela</p> <p>(A) fixação. (B) licitação. (C) ocorrência do empenho. (D) liquidação. (E) ocorrência do consumo do recurso correspondente, segundo a receita auferida.</p>	<p>60. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial</p> <p>(A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento. (C) para compra ou locação de imóveis destinados ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (D) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia. (E) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.</p>
<p>55. Estabelece as diretrizes e objetivos da Administração Pública</p> <p>(A) a Constituição Federal. (B) o plano plurianual. (C) os planos e programas gerais, setoriais e regionais. (D) a lei de diretrizes orçamentárias. (E) a lei orçamentária anual.</p>	
<p>56. Pela classificação econômica, tanto a receita quanto a despesa orçamentárias são classificadas nas categorias correntes e de capital. O confronto entre cada uma dessas categorias de receitas previstas e de despesas fixadas no orçamento aprovado, tem por finalidade evidenciar, em relação ao ente,</p> <p>(A) sua capacidade de investimento. (B) o equilíbrio da sua receita com sua despesa. (C) o equilíbrio de sua receita efetiva com sua receita de mutações. (D) o equilíbrio de sua despesa efetiva com sua despesa de mutações. (E) o equilíbrio das suas receitas efetivas e de mutações com suas despesas efetivas de mutações.</p>	

61. Dentre os princípios fundamentais da contabilidade, o da competência diz que as receitas e despesas de uma empresa devem ser respectivamente incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando

- (A) recebidas e pagas.
- (B) ganhas e ocorridas.
- (C) se correlacionarem.
- (D) ocorridas.
- (E) obtidas e consumidas.

Instrução: Para responder as questões de números 62 a 68, considere:

As questões deverão ser respondidas com base nos demonstrativos contábeis resultantes do balanete já ajustado a seguir indicado, sendo o estoque final de mercadorias inventariado por 50, de uma entidade mercantil, da qual deverá ser apurado o custo das mercadorias vendidas e o lucro líquido, sendo que os lucros acumulados anteriores foram atribuídos aos sócios.

Contas	Débito	Crédito
Mercadorias Estoque	40	
Caixa e Bancos	15	
Clientes	140	
Compras	120	
Vendas Canceladas	10	
Móveis e Utensílios	180	
Despesas Administrativas	45	
Despesas Antecipadas	25	
Gastos de Instalação	30	
Compras Anuladas		15
Receitas de Vendas		165
Receitas Antecipadas		40
Capital		150
Receitas de Assistência Técnica		35
Lucros Acumulados		88
Fornecedores		60
Depreciação Acumulada		16
Amortização Acumulada		6
Contas a Pagar		30
Total	605	605

62. Ativo Circulante:

- (A) 190
- (B) 195
- (C) 205
- (D) 220
- (E) 230

63. Ativo Permanente:

- (A) 210
- (B) 194
- (C) 188
- (D) 180
- (E) 164

64. Passivo Circulante:

- (A) 220
- (B) 218
- (C) 188
- (D) 130
- (E) 118

65. Patrimônio Líquido:

- (A) 150
- (B) 165
- (C) 170
- (D) 200
- (E) 206

66. Lucro Bruto:

- (A) 60
- (B) 55
- (C) 50
- (D) 45
- (E) 40

67. Lucro Líquido:

- (A) 45
- (B) 50
- (C) 55
- (D) 65
- (E) 75

68. Capital Circulante Líquido:

- (A) 12
- (B) 32
- (C) 45
- (D) 65
- (E) 75

69. Admitidos valores em moeda constante nos demonstrativos contábeis de uma empresa, o quociente de cobertura total obtido por: "Ativo Circulante mais o Permanente / Passivo Total" é de grande importância para os bancos comerciais ou de investimentos, para fins de avaliar a

- (A) liquidez corrente.
- (B) liquidez geral.
- (C) possibilidade de concessão de empréstimos.
- (D) rotatividade do capital.
- (E) imobilização do capital.

70. O princípio fundamental da oportunidade, ao estabelecer que o registro do patrimônio e das mutações de uma entidade privada seja feito "de imediato", diz respeito a sua efetivação quando

- (A) ocorrido o ato ou o fato.
- (B) devam ser evidenciados o patrimônio e os resultados.
- (C) ocorridos os recebimentos ou pagamentos.
- (D) ocorridos os ganhos e perdas de recursos.
- (E) ocorridas as mutações e variações.